



Pleno do TJPE aprova projeto que cria Vara Regional para combater organizações criminosas



O Pleno do TJPE aprovou, na terça-feira (19/3), a transformação da Vara de Crimes Contra a Administração Pública e a Ordem Tributária da Capital em Vara Regional de Crimes Contra a Administração Pública, Ordem Tributária, Lavagem de Dinheiro e de Delitos de Organizações Criminosas Colegiada. O projeto substitutivo nº 1, da Comissão de Organização Judiciária e de Regimento Interno (Cojuri), ao projeto - nº 009/2024, de relatoria do presidente do TJPE, desembargador Ricardo Paes Barreto, foi aprovado por unanimidade.

O projeto aprovado considera a complexidade do processamento e julgamento de ações envolvendo organizações criminosas; e também a necessidade de implementação de uma política efetiva na tramitação dos processos criminais de organizações criminosas, e, por consequência, maior eficiência na prestação jurisdicional. A vara terá também competência para julgar questões relativas à violência das torcidas organizadas.

TJPE cria ferramenta para população acompanhar produtividade da Justiça

O TJPE implantou uma nova ferramenta tecnológica para permitir que as pessoas acompanhem a produtividade do Judiciário estadual. O Decisômetro já está funcionando no site do TJPE. Com um simples clique qualquer pessoa pode ter acesso à quantidade de decisões, despachos e julgamentos do primeiro grau, dos Juizados e do segundo grau. Os números são atualizados automaticamente, sempre que os magistrados e magistradas lançarem as decisões, despachos e julgamentos no Pje.



DECISÔMETRO



Presidente do TJPE participa de posse na Amupe e reforça parceria para o Moradia Legal

O presidente do TJPE, desembargador Ricardo Paes Barreto, participou, na terça-feira (5/3), da posse do prefeito de Paudalho, Marcelo Gouveia, como presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe). Durante o evento, o desembargador destacou e reforçou a parceria entre as duas instituições para o bom desempenho do Moradia Legal, programa de regularização fundiária que já entregou mais de 20 mil títulos de propriedade em Pernambuco.

Pleno do TJPE elege dois novos desembargadores para compor o Órgão Especial

O Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco elegeu dois novos membros para compor o Órgão Especial em virtude do cumprimento de mandato pelos desembargadores Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes e Márcio Fernandes de Aguiar Silva no colegiado. Foram eleitos, por aclamação, os desembargadores Sílvio Neves Baptista Filho e André Vicente Pires Rosa. Na sequência, os magistrados agradeceram a eleição e enfatizaram o compromisso pelo exercício ético e pelo trabalho profícuo para integrar o órgão no biênio 2024/2026.

TJPE intensifica comunicação com o(a) cidadão(ã) por meio da Ouvidoria

Para facilitar ainda mais a comunicação com o(a) cidadão(ã), a Ouvidoria-Geral de Justiça do TJPE lançou um QR-Code para que a população registre sugestões de forma simples e rápida, de modo a contribuir com a nova gestão do Órgão, sem precisar de cadastro. O QR Code foi divulgado no Instagram do TJPE (@tjpeoficial) e na página da Ouvidoria no site do TJPE.





TJPE recebe visita do CNJ sobre Programa Justiça 4.0

O propósito da reunião sobre o Programa Justiça 4.0 é integrar todos os órgãos das instâncias do Judiciário brasileiro, através da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ), com a monitoração in loco do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em cada tribunal. Até o momento, o Programa Justiça 4.0 reúne 43 projetos, incluindo ferramentas virtuais, aplicativos, canais de comunicação e sistemas complexos, como o Processo Judicial eletrônico (PJe). A previsão é de que os trabalhos sejam concluídos até o final de 2024 e proporcione uma justiça mais ágil e eficiente, uma das metas da atual gestão.



Presidente do TJPE vai à OAB-PE e anuncia projetos que darão maior eficiência ao Judiciário pernambucano

Na ocasião, foi reforçado o compromisso do Tribunal de Justiça de Pernambuco com a inovação tecnológica para garantir maior eficiência à prestação jurisdicional. Atualmente, o TJPE está desenvolvendo um projeto que permitirá o pagamento de alvarás via PIX. Além disso, em parceria com o Porto Digital, haverá investimentos em inteligência artificial nas unidades do primeiro e segundo grau, agilizando assim o funcionamento de todo o Judiciário.

Projeto inédito dará mais proteção e apoio às mulheres vítimas de violência doméstica

Um projeto inédito aprimora a rede de proteção e acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica. A iniciativa começou por Caruaru e reúne os Poderes Judiciário, Executivo estadual e Executivo municipal. A vítima será acompanhada de perto e os órgãos envolvidos darão todo o apoio necessário e, ao final do ciclo, a mulher será capacitada profissionalmente para que seja inserida no mercado de trabalho. A ideia é implantar a ação em outras comarcas do Estado.

Agilizar sempre

Para aumentar a produtividade do primeiro grau como um todo e dar uniformidade ao tempo de duração dos processos, criamos diretorias em todo o Estado. Elas substituíram as antigas secretarias, que, individualmente, cuidavam da parte burocrática das Varas. Agora, servidores(as) estão trabalhando remotamente para todas as Varas do Estado. Dessa forma, não há mais motivo para a discrepância entre uma unidade muito ágil e outra, mais lenta. O trabalho é realizado de forma uniforme e conjunta com o mesmo pessoal.

Juízes e juízas nas suas comarcas

Após a posse e o devido treinamento dos magistrados(as) aprovados(as) no último concurso, enviamos todos (as) para suas respectivas comarcas. Todo(as) já estão trabalhando.



Ação pioneira - Comissão de Heteroidentificação

Pela primeira vez na história, o Tribunal conta com uma Comissão de Heteroidentificação própria. Seu objetivo é garantir a devida identificação étnico-racial nos concursos para a magistratura. A primeira missão está sendo no Exame Nacional da Magistratura.

Austeridade

A preocupação permanente em cortar despesas e evitar desperdício marca essa gestão. Exatamente para preservar os recursos públicos, foi determinada a redução de gastos de energia elétrica e a promoção da sustentabilidade por parte dos órgãos do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco. As medidas austeras estão em consonância com os princípios de sustentabilidade e eficiência administrativa.